

Língua Portuguesa – Questões de 1 a 15**Avanço tecnológico exige capacitação e muda forma de trabalho do servidor público**

Emerson Vicente

- §1º O serviço público entrou de vez na transformação digital na última década. O processo foi ainda mais agilizado com a pandemia, criando uma virtualização obrigatória. E, dentro desse processo, a capacitação do profissional público passou a ser tão essencial quanto as novas tecnologias voltadas para as políticas públicas.
- §2º "Quando se fala em tecnologia, em uma agenda de transformação digital, muitas vezes, caímos na falácia e no erro de pensar só em equipamentos, em tecnologia. Mas essa agenda de inovação e transformação digital começa por pessoas", diz Tadeu Barros, diretor-presidente do CLP (Centro de Liderança Pública).
- §3º "Essa agenda é como se fosse uma cebola, com camadas, e o núcleo da cebola são pessoas. Precisamos de gente bem preparada, que entenda do negócio, para que, num segundo momento, essas pessoas, conhecendo as necessidades do setor público, as demandas sociais, desenhem processos. A partir disso, vem a última camada, que é a tecnologia", afirma.
- §4º Para Virgílio Almeida, professor do departamento de ciência da computação da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), é cada vez mais necessário que o setor público conte com servidores que conheçam e saibam trabalhar com a ciência de dados e também com a inteligência artificial, que cresce em ritmo acelerado.
- §5º "O governo precisa treinar, capacitar os servidores públicos, não só os que trabalham com o dia a dia, mas também os que estão em posições estratégicas, em altos cargos. Precisa trazer esse *mindset* de dados, de inteligência artificial, para tornar o serviço público melhor, mais efetivo", diz o professor.
- §6º Hoje, o governo federal, por meio da Enap (Escola Nacional de Administração Pública), tem desenvolvido cursos em busca do aperfeiçoamento de competências e habilidades do servidor. Essa necessidade cresceu com a pandemia.
- §7º "Quando você pensa no dia a dia do servidor, a pandemia teve o papel de trazer o novo mundo. A gente tinha o mundo semi-informatizado na repartição, foi jogado para o mundo virtual e todo mundo teve que aprender", diz Roberto Pojo, secretário de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.
- §8º A Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) conta com programas voltados a profissionais da rede pública e também àqueles da rede privada, que, muitas vezes, atendem pelo SUS.
- §9º "Hoje em dia a gente não consegue mais falar em saúde fora do digital. Sempre vai ter um prontuário eletrônico, um exame que está dentro de um banco de dados, a carteira de vacinação digital, o ConectSUS [aplicativo que registra toda a trajetória do usuário no SUS], já existe toda essa cultura", diz Claudia Galindo Novoa, coordenadora do Núcleo Estadual Telessaúde São Paulo da Unifesp.
- §10º "Estamos ajudando esse profissional que entra a continuar sendo treinado, e aquele que já está no serviço público, que, talvez, não tenha entrado de uma forma já digital, que não fique para trás", declara.
- §11º Além da capacitação, também há modelos de programas voltados à gestão do funcionário dentro do serviço público. O Estado promove um modelo de acompanhamento em que o servidor possa apresentar melhores resultados, por meio do programa de gestão de pessoal. Ele foi criado em 2015 e tem passado por aprimoramento, segundo Pojo.
- §12º A carioca Tânia Scaffa e Adura, 48, moradora da zona sul de São Paulo, é servidora da Receita Federal desde 2004. Tem trabalhado em *home office* desde o início da pandemia, e diz estar adaptada com o programa de gestão.
- §13º "Tem algumas regras que precisam ser seguidas. Além de trabalhar as 40 horas semanais, a gente também tem uma meta. Fiz um programa de gestão para o ano inteiro. Todo final de mês há um fechamento desse programa para ver se completaram as horas que tem que trabalhar e os processos que tem que fazer", diz a servidora. Ela poderia voltar ao prédio da Receita com o fim do isolamento, mas teve a opção de continuar o trabalho em casa, onde entende ter melhor desempenho.
- §14º Outro ponto discutido dentro do avanço das novas tecnologias é o quanto a automação vai afetar no preenchimento de vagas dentro do serviço público.
- §15º "A adoção da tecnologia sempre vai ter um impacto na força de trabalho, não tem como fugir disso. Vale tanto para o setor privado quanto para o público. A obsolescência é cada vez mais rápida. Ainda tem na administração pessoas que foram contratadas para serem datilógrafas, ascensoristas. Demoraram 20 anos para entrar em obsolescência. Hoje o ciclo é menor", diz Pojo.
- §16º Segundo o professor Virgílio Almeida, muitos servidores que ingressam hoje no serviço público já têm a questão digital como parte das suas capacidades de cognição, de execução do trabalho. Mas há uma geração de servidores mais antigos, que poderiam ser chamados de 'não digitais'.
- §17º "A transformação digital tem inúmeras vantagens, mas pode ter efeitos indesejados, como a exclusão, o desemprego, mas tudo isso tem que ser trabalhado por meio de políticas públicas. O governo deve buscar a automação, mas uma automação que tenha um impacto positivo, seja na inclusão, no emprego", diz o professor.

01. O objetivo comunicativo do texto é:

- a) defender os benefícios da transformação digital, que traz apenas vantagens para o serviço público brasileiro.
- b) explicar os motivos pelos quais o Estado público brasileiro não desenvolve programas voltados à gestão de pessoas.
- c) discorrer sobre o avanço tecnológico atual e seu impacto na forma de trabalho, notadamente, do servidor público brasileiro.
- d) argumentar acerca da necessidade de se priorizar o desenvolvimento tecnológico no serviço público, em detrimento da capacitação profissional.

02. De acordo com o texto, é CORRETO afirmar que:

- a) todos os muitos servidores que fazem parte atualmente do serviço público brasileiro já são nativos digitais.
- b) a pandemia acelerou a transformação digital, a qual desobriga as instituições de adotarem programas de gestão de pessoal.
- c) é preciso que as instituições públicas compreendam que o foco de suas atuações deve ser somente o domínio da tecnologia.
- d) as tecnologias desenvolvidas no cenário atual demandam qualificação do profissional que vai atuar na prestação de serviços aos cidadãos.

03. “E, dentro desse processo, a capacitação do profissional público passou a ser tão essencial quanto as novas tecnologias voltadas para as políticas públicas.” (§1º)

Os termos sublinhados na passagem acima foram empregados, juntos, como locução conjuntiva subordinativa:

- a) condicional.
- b) consecutiva.
- c) comparativa.
- d) conformativa.

04. “ ‘Quando você pensa no dia a dia do servidor, a pandemia teve o papel de trazer o novo mundo. A gente tinha o mundo semi-informatizado na repartição, foi jogado para o mundo virtual e todo mundo teve que aprender’ [...].” (§7º)

Nesse fragmento, nota-se o emprego de uma palavra hifenizada em conformidade com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Assinale a alternativa em que o hífen está INCORRETAMENTE empregado, segundo o referido Acordo:

- a) Decreto-lei.
- b) Vice-Reitor.
- c) Sub-região.
- d) Sobre-aviso.

05. “ ‘Quando você pensa no dia a dia do servidor, a pandemia teve o papel de trazer o novo mundo. A gente tinha o mundo semi-informatizado na repartição [...]’.” (§7º)

Nessa sentença, o pronome sublinhado refere-se:

- a) ao interlocutor/sujeito cidadão evocado no texto.
 - b) ao governo federal, representado pela Enap no texto.
 - c) a Tadeu Barros, diretor-presidente do CLP, mencionado no texto.
 - d) a Virgílio Almeida, professor do departamento de ciência da computação da UFMG, referenciado no texto.
06. “Para Virgílio Almeida, professor do departamento de ciência da computação da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), é cada vez mais necessário que o setor público conte com servidores que conheçam e saibam trabalhar com a ciência de dados [...]” (§4º)

As vírgulas foram empregadas na passagem acima com a função de:

- a) destacar o vocativo.
 - b) separar o aposto explicativo.
 - c) demarcar um adjunto adverbial.
 - d) isolar uma oração subordinada intercalada.
07. “ ‘A transformação digital tem inúmeras vantagens, mas pode ter efeitos indesejados [...]’.” (§17º)

Na sentença acima, observa-se o uso adequado da vírgula. Assinale a alternativa que apresenta o emprego desse sinal de pontuação CORRETAMENTE, de acordo com a norma padrão da Língua Portuguesa:

- a) No contexto internacional da pandemia de covid-19, muitos trabalhadores passaram a realizar as atividades em formato remoto.
 - b) A problemática da obsolescência, requer a intensificação da reflexão sobre os impactos da tecnologia no mundo do trabalho contemporâneo.
 - c) A carioca Tânia Scaffa e Adura explicou que, muitas foram as consequências do isolamento social para a realização de seus trabalhos na Receita Federal.
 - d) Claudia Galindo Novoa, coordenadora de um núcleo de telessaúde ressaltou que a área em que atua também é impactada pelas tecnologias digitais.
08. “Ela poderia voltar ao prédio da Receita com o fim do isolamento, mas teve a opção de continuar o trabalho em casa, onde entende ter melhor desempenho.” (§13º)

A conjunção sublinhada na passagem acima pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por:

- a) afinal.
- b) porque.
- c) entretanto.
- d) diante disso.

09. “Além da capacitação, também há modelos de programas voltados à gestão do funcionário dentro do serviço público.” (§11º)

Na sentença acima, observa-se a ocorrência da crase. Assinale a alternativa que apresenta INCORRETAMENTE o uso do acento grave, indicativo de crase:

- a) O diretor-presidente do CLP fez alusão à agenda de inovação e transformação digital no setor público brasileiro.
- b) A servidora da Receita Federal chegou à receber a proposta de voltar ao prédio da instituição com o fim do isolamento social.
- c) O professor Virgílio Almeida faz menção à virtualização do trabalho ao citar a ciência de dados e a inteligência artificial.
- d) A coordenadora Claudia Galindo Novoa é favorável à transformação digital de programas de saúde das redes pública e privada do país.

10. “A Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) conta com programas voltados a profissionais da rede pública e também àqueles da rede privada, que, muitas vezes, atendem pelo SUS.” (§8º)

O termo sublinhado na passagem acima foi empregado na função de:

- a) pronome relativo.
- b) partícula expletiva.
- c) conjunção integrante.
- d) pronome interrogativo.

11. “Outro ponto discutido dentro do avanço das novas tecnologias é o quanto a automação vai afetar no preenchimento de vagas dentro do serviço público.” (§14º)

A expressão sublinhada no fragmento acima funciona como um mecanismo de coesão textual:

- a) lexical.
- b) por elipse.
- c) sequencial.
- d) por substituição.

12. “ ‘[...] A obsolescência é cada vez mais rápida. Ainda tem na administração pessoas que foram contratadas para serem datilógrafas, ascensoristas. [...]’.” (§15º)

É CORRETO afirmar que o termo sublinhado diz respeito ao processo ou estado de:

- a) manter-se útil.
- b) tornar-se ultrapassado.
- c) evoluir tecnologicamente.
- d) inovar progressivamente.

13. “ [...] A obsolescência é cada vez mais rápida. Ainda tem na administração pessoas que foram contratadas para serem datilógrafas, ascensoristas. [...]”. (§15º)

Com relação ao termo sublinhado na sentença acima, é CORRETO afirmar que:

- a) é um substantivo e está flexionado no feminino.
 - b) refere-se a um verbo e está flexionado no plural.
 - c) trata-se de um adjetivo e está flexionado no singular.
 - d) configura um advérbio e está flexionado no masculino.
14. As palavras parônimas são aquelas que apresentam a grafia e a pronúncia semelhantes, contudo diferem no sentido.

Assinale a alternativa em que um dos parônimos grifados está INCORRETAMENTE empregado:

- a) A taxa de inflação no Brasil em 2022 foi menor que a acumulada no ano de 2021.
 - b) É preciso que medidas educativas sejam adotadas para se evitar a infração no trânsito.
 - c) Por meio do mandato de prisão, o cidadão é obrigado a cumprir o que a justiça determina.
 - d) O mandato do Presidente da República no nosso país é de quatro anos, com possibilidade de reeleição consecutiva.
15. Assinale a alternativa em que a regência verbal está em DESACORDO com a norma padrão da Língua Portuguesa:
- a) Os servidores das instituições públicas brasileiras devem obedecer aos preceitos da ética profissional e das leis em vigor.
 - b) Profissionais que precisarem de mudança em suas jornadas de trabalho deverão informar a demanda aos gestores.
 - c) Gestores que lideram equipes preferem muito mais distribuir tarefas do que centralizar as atribuições em um só profissional.
 - d) O servidor que aspira a um cargo mais elevado deve apresentar um bom desempenho nas atividades a ele atribuídas.

Conhecimento Específico – Questões de 16 a 35

16. De acordo com o que determina o art. 85 da Lei nº 4.320/64 sobre a forma de organização dos serviços de contabilidade, é INCORRETO afirmar que:

- a) permite evidenciar a arrecadação tributária líquida.
- b) permite acompanhar a composição do patrimônio.
- c) permite determinar os custos dos serviços industriais.
- d) permite analisar e interpretar os resultados econômicos.

17. No Plano de Contas da Administração Pública Federal, a classe representa o nível máximo de agregação das contas.

Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE uma classe:

- a) Receita.
- b) Passivo Circulante.
- c) Patrimônio Líquido.
- d) Ativo Realizável a Longo Prazo.

18. Em relação ao suprimento de fundos, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) O suprimento de fundos será concedido a responsável que, dentro o prazo, tenha prestado contas de sua aplicação.
- b) O suprimento de fundos é utilizado quando a despesa deve ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento.
- c) O suprimento de fundos atende as despesas eventuais, inclusive em viagem e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento.
- d) O suprimento de fundos atende as despesas de grande vulto, assim entendidas aquelas cujo valor ultrapassar limite estabelecido em ato normativo próprio.

19. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE um objetivo da Contabilidade Patrimonial, que é uma área da Contabilidade Pública, determinado pela Lei 4.320/64:

- a) Evidenciar, em seus registros, as despesas empenhadas e as despesas realizadas, à conta dos mesmos créditos.
- b) Evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes e as dotações disponíveis.
- c) Registrar as receitas e as despesas de acordo com as especificações constantes da Lei de Orçamento e dos créditos adicionais.
- d) Registrar, analiticamente, todos os bens de caráter permanente e indicar os elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um.

20. Considere o seguinte lançamento contábil registrado por uma universidade pública federal:

D – 812.3 – Contratos de serviços	R\$ 200.000,00
C – 712.3 – Direitos e obrigações contratados	R\$ 200.000,00

Com base nesse lançamento contábil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Registro de assinatura de contrato de serviço no valor de R\$ 200.000,00.
- b) Registro do pagamento de serviços contratados no valor de R\$ 200.000,00.
- c) Registro de baixa de obrigação por serviços prestados no valor de R\$ 200.000,00.
- d) Registro da apropriação de despesas com aquisição de serviços no valor de R\$ 200.000,00.

21. Com base no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, são obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto sobre a Renda (IR), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, determinados órgãos e entidades.

NÃO são entidades obrigadas a efetuar retenção:

- a) Autarquias.
- b) Empresas privadas.
- c) Fundações federais.
- d) Sociedades de economia mista.

22. Leia o trecho abaixo:

Com base na Lei 4.320/64, o momento do empenho na Contabilidade orçamentária é fato que denota o regime _____.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna acima:

- a) de caixa da receita pública.
- b) de caixa da despesa pública.
- c) de competência da receita pública.
- d) de competência da despesa pública.

23. Considere que um ente público realizou as seguintes operações durante o exercício financeiro de 2022:

Operações	Valores (em R\$ 1,00)
Arrecadação de receitas tributárias	15.500,00
Alienação de bens imóveis	5.500,00
Liquidação e pagamento de despesas correntes	4.500,00
Liquidação de despesas de bens móveis	2.500,00
Incorporação de bens móveis doados	50.000,00
Baixa de bens móveis por sinistro	2.250,00
Inscrição em restos a pagar processados	5.500,00
Inscrição em restos a pagar não processados	7.500,00
Pagamentos de restos a pagar inscritos em 2021	7.000,00

Com base nas informações acima, assinale a afirmativa que apresenta CORRETAMENTE o resultado do exercício:

- a) Déficit de R\$ 41.750,00.
- b) Superávit de R\$ 44.250,00.
- c) Déficit de R\$ 48.750,00.
- d) Superávit de R\$ 51.250,00.

24. Em relação ao ativo imobilizado de um órgão público, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) O ativo imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis.
- b) O reconhecimento inicial é pelo valor ou custo de aquisição, construção ou produção.
- c) Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção que não geram benefícios econômicos futuros são reconhecidos como variações patrimoniais aumentativas.
- d) Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado se aumentarem a vida útil do bem e forem capazes de gerar benefícios econômicos futuros.

25. A caução recebida na modalidade de seguro-garantia para garantir a execução de um serviço em uma determinada universidade pública federal deverá ser registrada. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE o sistema de registro:

- a) Financeiro.
- b) Patrimonial.
- c) Orçamentário.
- d) Compensação.

26. Segundo art. 17 da Lei 14.133/2021, o processo licitatório observará sete fases, conforme listadas abaixo.

Enumere as fases na ordem cronológica que devem ocorrer, da primeira até a sétima:

- () de habilitação
- () preparatória
- () de apresentação de propostas e lances, quando for o caso
- () de julgamento
- () de homologação
- () recursal
- () de divulgação do edital de licitação

A sequência que ordena CORRETAMENTE as fases do processo de licitação, na ordem cronológica em que devem ocorrer, é:

- a) 5ª – 1ª – 3ª – 4ª – 7ª – 6ª – 2ª
- b) 1ª – 2ª – 4ª – 7ª – 6ª – 5ª – 3ª
- c) 2ª – 1ª – 5ª – 3ª – 7ª – 6ª – 4ª
- d) 5ª – 3ª – 1ª – 4ª – 6ª – 7ª – 2ª

27. Concorrência é modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia. NÃO é um critério de julgamento dessa modalidade:

- a) menor preço.
- b) técnica e preço.
- c) maior lance ou oferta.
- d) maior retorno econômico.

28. Excepcionalmente, nos casos em que a licitação envolver o fornecimento de bens, a Administração poderá indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado. NÃO é uma hipótese para ocorrência desse fato:

- a) a necessidade de padronização do objeto.
- b) a necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração.
- c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem aqueles que melhor se adaptem às necessidades do contratante.
- d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência.

29. Segundo art. 72 da Lei 14.133/2012, NÃO é um documento necessário para instrução do processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação:

- a) edital de chamamento público.
- b) razão da escolha do contratado.
- c) autorização da autoridade competente.
- d) demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

30. Conforme estabelece o art. 71 da Lei 14.133/2021, após encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adotar os seguintes procedimentos:

- a) homologar o objeto e adjudicar a licitação.
- b) anular a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.
- c) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.
- d) proceder à revogação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

31. Sobre a duração dos contratos estabelecida na Lei 14.133/2021, NÃO é correto afirmar:

- a) O contrato que previr a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter vigência máxima de 15 (quinze) anos.
- b) Na contratação que gere receita e no contrato de eficiência que gere economia para a Administração, os prazos poderão ser de até 10 (dez) anos, nos contratos sem investimento.
- c) A Administração não poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, mesmo que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.
- d) Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

32. Segundo as regras sobre a alienação de bens imóveis de instituições federais de ensino estabelecidas na Lei 6.120/74, é CORRETO afirmar:

- a) Para as instituições federais de ensino, é vedada a alienação, mediante contrato de compra e venda, dos bens imóveis de sua propriedade.
- b) Em nenhuma hipótese será permitida a doação ou cessão gratuita, a qualquer título, de bens imóveis das instituições de que trata a Lei 6.120/74.
- c) Os imóveis das instituições federais de ensino poderão ser objeto de hipoteca, para garantia de empréstimos contraídos junto a estabelecimentos de crédito oficiais.
- d) A locação será realizada mediante concorrência pública, observadas as normas legais vigentes e respeitado o valor locativo respectivo, independentemente das condições locais do mercado imobiliário.

33. Segundo art. 169 da Constituição Federal de 1988, a despesa com pessoal ativo e com inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Para cumprir essa determinação, o art. 19 da Lei complementar 101/2001 estabeleceu que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida.

Marque a alternativa que apresenta CORRETAMENTE o limite estabelecido no art. 19 da Lei complementar 101/2001:

- a) União: 50% (cinquenta por cento) / Estados: 50% (cinquenta por cento) / Municípios: 60% (sessenta por cento).
- b) União: 50% (cinquenta por cento) / Estados: 60% (sessenta por cento) / Municípios: 60% (sessenta por cento).
- c) União: 50% (cinquenta por cento) / Estados: 50% (cinquenta por cento) / Municípios: 50% (cinquenta por cento).
- d) União: 60% (sessenta por cento) / Estados: 60% (sessenta por cento) / Municípios: 60% (sessenta por cento).

34. NÃO constitui infração pela qual o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato.
- b) deixar de manter a proposta, em qualquer circunstância.
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- d) deixar de celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

35. Aplicada penalidade administrativa ao licitante ou contratado, nos termos da Lei 14.133/2021, será admitida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, NÃO lhe sendo exigidos:

- a) pagamento da multa.
- b) reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- c) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo.
- d) transcurso do prazo mínimo de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade.